

Plano de Ação México

Com relação aos Compromissos Nacionais

1.

Nos últimos anos, o Ministério da Cultura do Brasil (MinC) vem debatendo com especial ênfase o impacto econômico propiciado pela música na indústria cultural brasileira. Trata-se de um setor responsável por uma considerável movimentação econômica, já que 80% da música consumida é nacional e suscita um dos principais vetores da identidade cultural brasileira.

Há, por outro lado, uma enorme dificuldade metodológica para uma mensuração precisa do setor. O seu alto grau de informalidade, o papel desempenhado pela pirataria e o fluxo econômico dos direitos autorais não foram pesquisados de um modo consistente. Os estudos encomendados pelo MinC ainda estão restritos às informações básicas sobre o setor cultural. Um sistema de informações culturais com abrangência federal é, paulatinamente, implementado. Sistema no qual a música passará por um constante aprofundamento analítico.

Uma pesquisa realizada, a partir de uma parceria do MinC com a Organização Internacional de Trabalho (OIT), aponta que as atividades radiofônicas, de edição e reprodução de discos, e de fabricação de instrumentos musicais representam 4,9% dos empregos formais do Estado de São Paulo. Esse dado, contudo, não abarca a produção de trabalho informal, que é responsável pelo emprego de música em festas, eventos e shows. O trabalho propiciado pela música no Brasil certamente extrapola esse índice e possui uma abrangência mais considerável na economia brasileira.

Os estudos também comprovam que a indústria da música no Brasil possui uma atuação diversificada. Não apenas em quesitos estéticos ou rítmicos, mas, sobretudo, em diferentes modos de relação com a indústria cultural. Basta lembrarmos do carnaval, importante festa brasileira, que possui facetas bem díspares entre estados como Bahia, Pernambuco e Rio de Janeiro.

Outra pesquisa, também decorrente da parceria MinC – OIT, demonstra a singularidade da Indústria da Música na Bahia. Trata-se de uma etnografia que enfatiza a produção musical em Salvador, capital da Bahia, e destaca a especial arrecadação dos direitos autorais que o carnaval desencadeia. Os compositores, nessa festa, recebem remuneração do órgão responsável por recolher os direitos autorais. A distribuição dos recursos é calculada pelo número de vezes que suas músicas são tocadas nos shows e nas performances ao vivo. São seus produtores que se responsabilizam pela divulgação do número de execuções das músicas e iniciam a descentralização dos recursos captados. Há, portanto, uma crescente conscientização do papel do direito autoral.

O MinC, contudo, não financiou nenhum estudo específico sobre a relação da indústria musical com o turismo cultural e o patrimônio histórico.

2.

Após estabelecer um Acordo de Cooperação Técnica com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o MinC consolidou com essa instituição uma pesquisa para a elaboração do Sistema de Informações e Indicadores Culturais. Tais resultados serão divulgados em dezembro de 2006. O trabalho consiste numa ampla triagem dos índices culturais já presentes nas bases de dados do IBGE. Investiga-se o papel da cultura em pesquisas sobre o orçamento familiar, as prefeituras municipais, os serviços, a classificação nacional das atividades econômicas e o censo demográfico.

O MinC, por meio do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), também realizou uma mensuração da magnitude da cultura na participação do orçamento das famílias brasileiras. O objetivo dessa pesquisa é justamente possibilitar uma apreensão da demanda econômica por cultura da sociedade brasileira. Foi encomendado, por outro lado, a aquisição de uma base de dados que discrimine a participação dos investimentos das empresas brasileiras nos diversos elos das cadeias produtivas da cultura no Brasil. Trata-se de uma forma de observar o grau da oferta econômica da cultura brasileira.

Paulatinamente, o MinC estabelece um Sistema de Indicadores Culturais. Ele sintetiza uma primeira etapa rumo à elaboração da conta satélite de cultura. O cálculo da participação do setor cultural no PIB brasileiro, portanto, só será possível e viável após essa primeira triagem das informações culturais nas principais bases de dados do IBGE.

É necessário ressaltar que essas informações estatísticas e culturais ainda estão num estágio embrionário e não impulsionaram políticas específicas. A política para o desenvolvimento econômico, no entanto, está em parte consolidada numa legislação de incentivo à cultura por renúncia fiscal. Essa política é responsável por uma ampla movimentação da Indústria Cultural brasileira, propiciando um aquecimento de sua economia além de gerar empregos qualificados. No ano de 2004, por exemplo, o MinC mobilizou R\$ 483 milhões (US\$ 219,54 milhões) a partir da lei de renúncia fiscal.

A política para a erradicação da pobreza e a geração de emprego por meio de atividades culturais foi bem efetuada pelo programa *cultura viva*, que será apresentado no item 04.

3.

O MinC e a Agência Nacional de Cinema (Ancine) realizaram importantes atuações na área internacional. Foram assinados acordos bilaterais de distribuição e produção de filmes o que estimulou o intercâmbio entre profissionais audiovisuais do Brasil e de outros países. O Acordo com a Argentina, assinado como uma atividade do Mercosul, facilitou e estimulou a distribuição de filmes argentinos e no mercado brasileiro e filmes brasileiros no mercado argentino.

No âmbito interno, a cultura foi entendida pelo Governo Federal como um setor de inclusão para o exercício da cidadania. Foi nesse sentido que consolidamos o programa *primeiro emprego* para jovens que exercem atividades culturais. O programa é destinado a populações de baixa renda, que habitam áreas com escassa oferta de serviços na área da cultura; estudantes da rede básica de ensino; comunidades indígenas, rurais e quilombolas; agentes culturais, artistas e professores que desenvolvem ações no combate à exclusão social e focam na cultural digital. Este programa tenha estimulado a inserção de cerca de 6 mil jovens no mercado de trabalho cultural.

4.

O programa *Cultura Viva* tem por objetivo reconhecer, estimular e dar visibilidade a iniciativas culturais de todo o Brasil que valorizem a cultura como meio de consolidação da identidade e de construção da cidadania. Ele é concretizado em *pontos de cultura* que o MinC estabelece a partir de editais dos quais qualquer manifestação cultural brasileira pode participar. Os projetos selecionados recebem uma verba de R\$150 mil, equivalentes a US\$ 68,18 mil, além de um conjunto de equipamentos digitais (trata-se de um kit multimídia com computadores, câmeras de cinema e ilhas de edição). A partir de uma parceria com o Ministério das Comunicações, todos os *pontos de cultura* são ligados em rede efetuando uma interação simbólica e cultural que passa ao largo dos grandes conglomerados da comunicação brasileira.

O MinC já estabeleceu mais de 400 convênios com pontos de cultura espalhados pelas cinco regiões brasileiras. Há projetos com tribos indígenas, com manifestações tradicionais e com grupos voltados para a gestão pública da cultura. Os pontos de cultura possuem uma especial ênfase na educação, na inclusão pela cidadania e numa política estatal de valorização da juventude. Vale lembrar que um dos requisitos do programa *primeiro emprego*, que apresentamos no item 3, é da participação do jovem a um ponto de cultura.

5.

Muitas são as peças do patrimônio cultural brasileiro que, anualmente, se perdem devido a roubos, furtos e tráfico ilícito. Por este motivo, desde 1997, em conjunto com a Polícia Federal/Interpol e o Conselho Internacional de Museus, o Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), órgão vinculado ao Ministério da Cultura, desenvolve a campanha *Luta Contra o Tráfico Ilícito de Bens Culturais*.

O objetivo é devolver aos lugares de origem as obras de arte furtadas ou desviadas de forma ilegal. A maior parte das peças pertence à igrejas antigas - geralmente crucifixos, imagens de santos e de Nossa Senhora - e tem a finalidade principal de acompanhar os serviços religiosos. Muitas igrejas brasileiras ficam mais pobres em seu simbolismo e arte pela ação criminosa dos ladrões.

Afinado com a política do MinC e do IPHAN, o Banco Nacional do Desenvolvimento (BNDES) vem realizando editais periódicos para a restauração de monumentos já tombados. Desde 1997, o

BNDES já destinou cerca de R\$ 70 milhões (US\$ 31,81 milhões) para 63 monumentos tombados. Estes editais traduzem uma política de estímulo à capacitação dos profissionais dedicados aos setores de preservação e de restauração dos patrimônios tombados.

6.

O MinC tem procurado implementar no âmbito de sua política de direitos autorais ações voltadas à difusão e conscientização da sociedade brasileira sobre Direitos Autorais. No entanto, cabe ressaltar que a Propriedade Intelectual não deve ser implementada somente em benefício de poucos grupos empresariais e sim em benefício de toda a sociedade.

Nesse sentido, às ações de difusão e conscientização desenvolvidas pelo MinC aliam-se outras que visam justamente equilibrar a relação entre direitos conferidos pelo sistema de propriedade intelectual com os direitos dos membros da sociedade terem acesso à cultura, educação, saúde, desenvolvimento tecnológico e de seus benefícios.

Por outro lado, cabe notar que a implementação da Propriedade Intelectual em países da América Latina, isto é países que estão em desenvolvimento, incitam não só à existência de benefícios mas também de custos. Nesse sentido, é entendimento do MinC e do Governo Brasileiro que os custos de implantação de um sistema de Propriedade Intelectual efetivo não podem se sobrepor aos seus benefícios. No tocante aos conhecimentos tradicionais, cultura popular e folclore o MinC tem desenvolvido políticas para a sua valorização e promoção.

No entanto, é com desapontamento que o MinC e o Governo Brasileiro constatam que não há como reconhecer o trabalho desenvolvido pelo comitê intergovernamental de Propriedade Intelectual e recursos genéticos, conhecimentos tradicionais, e expressões culturais tradicionais ou expressões de folclore (IGC) da Organização Mundial de Propriedade Intelectual (OMPI). Tendo em vista, sobretudo, que de 2004 ao dia de hoje nenhum progresso substantivo foi verificado no âmbito do comitê.

7.

Desde 2003, o MinC vem realizando um amplo sistema de consultas com a sociedade civil. Artistas, produtores, gestores públicos, organizações profissionais e empresários culturais elaboraram diagnósticos fundamentais para a formulação da política cultural do MinC. A primeira consulta pública ocorreu no primeiro semestre de 2003 com o Seminário *Cultura para Todos* que organizou uma ampla série de seminários sobre o tema do financiamento público de cultura e as leis de

incentivo. Esses insumos foram fundamentais para a elaboração do decreto de alteração das leis federais de incentivo, apresentada pelo MinC em 2005.

Em 2005 o MinC realizou dois projetos importantes de consulta da sociedade civil. Foram instaladas as *Câmaras Setoriais* que reúne representantes das principais linguagens artísticas. Atualmente temos Câmaras Setoriais de dança, artes visuais, livro, circo e música. Os encontros são periódicos e deliberativos. Eles formulam relatórios, críticas e diagnósticos sobre os setores que representam.

Em dezembro de 2005, o MinC realizou a primeira Conferência Nacional de Cultura. Foi, sem dúvida, a maior consulta pública do setor cultural. Houve uma preparação da conferência em seminários setoriais, conferências municipais ou intermunicipais, conferências estaduais, e, por fim, a plenária nacional. Paralelamente às etapas da Conferência Nacional de Cultura foi implementado o Conselho Nacional de Políticas Culturais que acompanhará as principais ações da política cultural nacional.

Atualmente, o MinC elabora o Plano Nacional de Cultura (PNC), o primeiro em tempos democráticos. Um dos principais objetivos do PNC visa justamente organizar essas consultas públicas e traduzi-las em diagnósticos, diretrizes e metas. Ele será concluído em dezembro de 2006 e, nos anos vindouros, terá um sistema de acompanhamento e aperfeiçoamento.